

Artigo

Gestão ambiental pública: uma análise da evolução da legislação ambiental no Município de Sousa, Estado da Paraíba

Public environmental management: an analysis of the evolution of environmental legislation in the Municipality of Sousa, State of Paraíba

Dayane Rodrigues Simões¹ e Roberta Leonor Barros Bezerra²

¹Advogada. Pós-graduanda em Licitações Públicas e Contratos pela Escola Mineira de Direito, Varginha, Minas Gerais. E-mail: drs_dayane@hotmail.com;

²Doutora em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade del Museo Social Argentino, Buenos Aires, Caba, Argentina. E-mail: robertaleonor@yahoo.com.br.

Submetido em: 01/11/2024, revisado em: 07/11/2024 e aceito para publicação em: 08/11/2024.



Resumo: Este estudo examina a evolução da legislação ambiental no município de Sousa, Paraíba, e seu impacto direto na conservação dos recursos naturais e no desenvolvimento sustentável da região. A pesquisa busca compreender o contexto histórico e socioeconômico que moldou as políticas ambientais locais, identificando as principais normas e regulamentos aplicáveis, assim como suas modificações ao longo do tempo. Além de mapear as políticas vigentes, o estudo investiga os desafios enfrentados pelas autoridades para implementar e monitorar essas normas, especialmente em um contexto de recursos limitados e pressões socioambientais características do semiárido brasileiro. A metodologia emprega análise documental. A pesquisa destaca ainda o papel de diferentes atores locais, como comunidades e organizações civis, na promoção de práticas sustentáveis e no apoio à fiscalização. Com base nesses elementos, o estudo propõe medidas para aprimorar a legislação e a gestão ambiental local, buscando fortalecer o compromisso do município com a preservação ambiental e criar condições para um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: Legislação ambiental. Políticas públicas. Sustentabilidade. Conservação ambiental.

Abstract: This study examines the evolution of environmental legislation in the municipality of Sousa, Paraíba, and its direct impact on the conservation of natural resources and the sustainable development of the region. The research seeks to understand the historical and socioeconomic context that has shaped local environmental policies, identifying the main applicable rules and regulations, as well as their modifications over time. In addition to mapping current policies, the study investigates the challenges faced by authorities to implement and monitor these standards, especially in a context of limited resources and socio-environmental pressures characteristic of the Brazilian semi-arid region. The methodology employs documentary analysis. The survey also highlights the role of different local actors, such as communities and civil organizations, in promoting sustainable practices and supporting enforcement. Based on these elements, the study proposes measures to improve local environmental legislation and management, seeking to strengthen the municipality's commitment to environmental preservation and create conditions for a more sustainable and inclusive development.

Keywords: Environmental legislation. Public policies. Sustainability. Environmental conservation.

1 INTRODUÇÃO

A gestão ambiental pública tem se tornado uma área de importância crescente na busca por sustentabilidade e preservação dos recursos naturais, especialmente em contextos locais onde os impactos ambientais são mais diretamente perceptíveis.

De acordo com Oliveira e Santos (2021), a administração pública em nível municipal é fundamental para a aplicação efetiva das políticas ambientais,

uma vez que as autoridades locais estão mais próximas dos problemas específicos de cada região e, portanto, mais aptas a promover políticas adaptadas às realidades ambientais e socioeconômicas locais. No caso do município de Sousa-PB, situado na região semiárida do Brasil, os desafios ambientais incluem a escassez hídrica, a degradação da vegetação nativa e os impactos socioeconômicos que surgem a partir dessas adversidades naturais (Costa, Silva & Souza, 2018).

O estudo da legislação ambiental em Sousa-PB é particularmente relevante, pois a efetividade das normas ambientais é fundamental para assegurar a proteção dos ecossistemas locais e garantir a qualidade de vida da população (Silva, 2020). Considerando essas particularidades, este trabalho busca investigar como a legislação ambiental evoluiu no município e qual tem sido sua efetividade na gestão ambiental local. Assim, a pesquisa objetiva analisar a evolução dessa legislação, buscando não apenas descrever as normas vigentes, mas também avaliar sua aplicabilidade e impacto real no combate à degradação ambiental no município. Como Oliveira (2019) destaca, a compreensão da trajetória legislativa permite uma visão crítica dos avanços e limitações das políticas ambientais ao longo do tempo.

O problema de pesquisa que norteia este trabalho é: *Como a legislação ambiental evoluiu no município de Sousa-PB e qual sua efetividade na gestão*

ambiental local? A resposta a essa questão é essencial para identificar não só as conquistas da legislação vigente, mas também os desafios enfrentados para sua implementação e os possíveis ajustes que podem potencializar sua eficácia. Para tanto, o objetivo geral deste estudo é analisar a evolução da legislação ambiental em Sousa-PB e avaliar sua efetividade na gestão ambiental local.

Para atingir o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: (1) identificar as principais leis e normas ambientais que se aplicam ao município de Sousa-PB; (2) analisar as mudanças ocorridas na legislação ambiental ao longo do tempo, considerando o contexto histórico e socioeconômico do município; (3) avaliar a efetividade das normas ambientais na prevenção e controle da degradação ambiental em Sousa-PB; (4) identificar os principais desafios para a implementação da legislação ambiental no município e (5) propor medidas para aprimorar a legislação e a gestão ambiental em Sousa-PB.

A escolha de Sousa-PB como objeto de estudo é motivada pela necessidade de entender como os municípios do semiárido brasileiro, caracterizados por particularidades climáticas e socioeconômicas, enfrentam o desafio da gestão ambiental em um contexto de recursos escassos. A legislação ambiental é, nesse sentido, uma ferramenta essencial para regular e orientar as ações de preservação e uso dos recursos naturais. Segundo Silva e Rodrigues (2022), a legislação ambiental, ao mesmo tempo em que visa a proteção do meio ambiente, enfrenta desafios práticos para sua aplicação plena, especialmente em regiões de médio porte onde os recursos e a estrutura para fiscalização são limitados.

Esse estudo é fundamentado na análise da evolução legislativa, que se revela como uma abordagem relevante para identificar as lacunas e pontos fortes das políticas ambientais locais, permitindo uma visão holística e crítica da gestão ambiental no município. De acordo com Costa e Santos (2021), a análise histórico-comparativa da legislação ambiental permite avaliar o progresso das políticas ambientais, além de evidenciar a necessidade de adaptações contínuas para se alinhar às mudanças socioambientais e às demandas regionais.

Além disso, o presente estudo justifica-se pela urgência de fortalecer a preservação ambiental no contexto de municípios de médio porte como Sousa-PB, onde os efeitos das mudanças climáticas e das pressões humanas sobre o meio ambiente são sentidos de forma direta. Conforme mencionado por Pereira (2019), o fortalecimento das políticas ambientais municipais contribui para a promoção de práticas sustentáveis e para a redução dos impactos ambientais, beneficiando tanto a população quanto os ecossistemas locais.

Essa pesquisa visa, portanto, oferecer uma contribuição significativa para o fortalecimento das políticas ambientais locais, de modo a promover práticas sustentáveis e reduzir a degradação ambiental, beneficiando o ecossistema e a população de Sousa-PB.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo é baseada em três eixos principais: gestão ambiental pública e legislação ambiental no Brasil, política ambiental e

desenvolvimento sustentável em contexto local, e a evolução das normas ambientais específicas para o semiárido brasileiro. Esses tópicos fornecem uma base sólida para analisar a evolução da legislação ambiental no município de Sousa-PB e avaliar sua efetividade na promoção de práticas sustentáveis e na preservação dos recursos naturais.

2.1 GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A gestão ambiental pública, segundo Pereira (2019), refere-se ao conjunto de ações e políticas coordenadas pelo Estado para regular o uso dos recursos naturais, com o objetivo de preservar o meio ambiente e garantir a sustentabilidade para as futuras gerações. Esse conceito ganhou relevância no Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que incluiu a proteção ambiental como direito fundamental e atribuiu responsabilidades às esferas federal, estadual e municipal. Com isso, criou-se uma base normativa que possibilitou o desenvolvimento de leis ambientais específicas e de políticas que regulamentam o uso dos recursos naturais (Silva, 2020).

A legislação ambiental brasileira evoluiu ao longo das últimas décadas, consolidando-se com leis como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que delinearam as diretrizes para a proteção dos biomas e das áreas de preservação permanente. Contudo, como aponta Silva (2020), apesar dos avanços normativos, a implementação e fiscalização dessas leis enfrentam desafios, especialmente em regiões onde a vulnerabilidade socioeconômica e a escassez de recursos dificultam a efetividade das políticas ambientais.

2.2 POLÍTICA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CONTEXTO LOCAL

No nível municipal, a gestão ambiental assume um papel crucial, pois é nas cidades que os impactos ambientais se manifestam diretamente, afetando a qualidade de vida da população. Oliveira e Santos (2021) destacam que a atuação dos municípios é essencial para promover práticas sustentáveis, o que alinha as políticas locais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especificamente o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 15 (Vida Terrestre).

A implementação de políticas ambientais nos municípios é uma ferramenta eficaz para assegurar o uso racional dos recursos naturais e promover a preservação do ambiente em nível local. Entretanto, como observa Costa (2019), muitos municípios brasileiros carecem de infraestrutura e recursos humanos capacitados para monitorar e executar essas políticas de forma abrangente. Para que as ações de gestão ambiental sejam realmente eficazes, é necessária uma articulação entre o poder público e a sociedade civil, incentivando práticas sustentáveis e o engajamento comunitário em ações de preservação.

2.3 EVOLUÇÃO DAS NORMAS AMBIENTAIS NO

SEMIÁRIDO BRASILEIRO

O semiárido brasileiro é uma região que enfrenta desafios ambientais únicos, como a escassez de água e a degradação do solo, o que exige políticas específicas para sua preservação e desenvolvimento sustentável. Costa et al. (2018) argumentam que as normas ambientais para essa região precisam considerar as características climáticas e ecológicas locais, a fim de garantir a conservação da vegetação nativa e o uso adequado dos recursos hídricos. Em municípios como Sousa-PB, que está localizado no semiárido, a gestão ambiental deve focar em estratégias adaptadas para a proteção de ecossistemas sensíveis e na conscientização da população sobre práticas de uso sustentável.

As políticas voltadas para a preservação do semiárido brasileiro incluem iniciativas como o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007), que visam mitigar os efeitos da degradação ambiental e promover a sustentabilidade regional. No entanto, segundo Costa et al. (2018), a efetividade dessas políticas é limitada pela dificuldade em monitorar e fiscalizar a aplicação das normas, bem como pela falta de recursos financeiros e técnicos nos municípios do semiárido.

3 DOCUMENTAÇÃO E COLETA DE DADOS

Para atingir os objetivos propostos, a coleta de dados utilizou fontes documentais bibliográficas com informações que forneceram uma base abrangente sobre a legislação ambiental e o contexto socioambiental do município de Sousa-PB. A seguir estão detalhados os documentos e materiais utilizados no estudo:

1. **Leis e Regulamentos Ambientais Locais:** A pesquisa examinou as normas ambientais específicas aplicadas ao município de Sousa-PB. Essa análise incluiu:
 - 1.1. **Leis Municipais:** Documentos legislativos locais que abordam temas como proteção de áreas verdes, controle de poluição, e regulamentações específicas para o uso e a conservação dos recursos naturais locais. Exemplos incluem:
 - 1.1.1. **Lei Municipal nº 1.162/2006:** Instituiu o Código de Posturas do Município de Sousa, abordando aspectos de saúde pública e proteção ao meio ambiente.
 - 1.1.2. **Lei Municipal nº 1.672/2014:** Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Meio Ambiente e estabelece diretrizes para a gestão ambiental no município.
 - 1.2. **Decretos e Portarias Municipais:** Instrumentos complementares que estabelecem diretrizes operacionais e normativas para a aplicação das leis ambientais em Sousa, abrangendo, por

exemplo, a gestão de resíduos sólidos e o licenciamento ambiental

2. **Leis Estaduais e Federais:** Para compreender o contexto mais amplo e as obrigações do município em relação à legislação ambiental, o estudo incluiu uma análise de:
 - 2.1. **Legislação Estadual da Paraíba:** Leis e regulamentos do estado que impactam diretamente o município, especialmente em áreas como proteção de nascentes, controle de desmatamento, e normativas sobre a gestão dos recursos hídricos.
 - 2.2. **Legislação Federal:** Normas que garantem a proteção ambiental em âmbito nacional e que possuem efeito direto sobre as práticas e obrigações de Sousa, como a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012), e a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998).
3. **Relatórios e Publicações Oficiais:**
 - 3.1. **Anuário Estatístico da Paraíba:** Documento publicado anualmente pelo governo do estado que apresenta dados socioeconômicos e ambientais sobre a Paraíba. Esse material foi fundamental para entender o contexto econômico e demográfico do município de Sousa e sua relação com as questões ambientais.
 - 3.2. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):** Publicações do IBGE, como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que forneceram dados demográficos e econômicos sobre Sousa. Essas informações foram essenciais para contextualizar a necessidade de políticas ambientais que se adaptem à realidade local.

4 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados coletados seguiu uma abordagem bibliográfica, focando na compreensão das transformações na legislação ambiental de Sousa-PB ao longo do tempo e na aplicação prática dessas normas. A metodologia histórico-comparativa foi empregada para examinar como a legislação evoluiu, considerando contextos históricos, sociais e econômicos que influenciam a gestão ambiental do município. Esse método permitiu observar tanto os avanços quanto os retrocessos na implementação das políticas públicas ambientais e identificar os desafios que dificultam seu cumprimento.

O processo de análise bibliográfica envolveu as seguintes etapas:

1. **Exame das Mudanças Legislativas:** A

análise documental das leis e regulamentos foi realizada para identificar como as normas ambientais foram adaptadas ao longo dos anos em resposta às necessidades locais. Essa etapa permitiu observar a criação de novas normas, a modificação de regulamentos existentes e a introdução de diretrizes específicas para proteger os recursos naturais de Sousa-PB.

2. **Identificação de Tendências e Padrões:** Ao examinar as normas ambientais e relatórios oficiais, foram identificadas tendências na aplicação das políticas ambientais em Sousa, como o aumento de regulamentações sobre o uso da água e a preservação da vegetação local. A análise também revelou padrões nas práticas de fiscalização e monitoramento que limitam a eficácia da legislação, fornecendo insights sobre onde e como as políticas ambientais precisam ser fortalecidas.
3. **Avaliação dos Obstáculos e Limitações:** A análise bibliográfica permitiu identificar os principais obstáculos para o cumprimento efetivo das normas ambientais. Entre esses desafios, estão as limitações de infraestrutura, a escassez de recursos para a fiscalização e a falta de conscientização da população local sobre a importância da preservação ambiental.
4. **Construção de um Panorama Crítico:** Com base nas observações feitas, foi traçado um panorama crítico sobre a efetividade da legislação ambiental em Sousa-PB. Esse panorama considerou o alinhamento das práticas e normas locais com os princípios do desenvolvimento sustentável e as especificidades do semiárido brasileiro. A análise revelou tanto as áreas em que a legislação ambiental contribuiu positivamente para a preservação dos recursos naturais quanto as áreas que necessitam de melhorias para atender às demandas ambientais da região.
5. **Proposição de Diretrizes para Fortalecimento da Gestão Ambiental:** A partir das observações e conclusões, foram propostas diretrizes que podem fortalecer a gestão ambiental de Sousa-PB. Essas diretrizes visam aprimorar a infraestrutura, aumentar o engajamento da comunidade local em práticas sustentáveis, e promover uma aplicação mais rigorosa das políticas públicas ambientais, buscando adaptar a gestão às características e limitações específicas do semiárido.

Essa análise bibliográfica histórico-comparativa proporcionou uma compreensão abrangente dos aspectos estruturais e operacionais da legislação ambiental no município de Sousa-PB, possibilitando o desenvolvimento de estratégias para aprimorar a governança ambiental e promover o desenvolvimento sustentável na região.

5 RESULTADOS ESPERADOS

O estudo espera identificar, de maneira detalhada, as principais lacunas, desafios e avanços na legislação ambiental aplicada ao município de Sousa-PB, proporcionando uma visão crítica sobre a eficácia das normas vigentes e seu impacto na gestão ambiental local. Os resultados pretendem oferecer uma análise abrangente da estrutura legal e regulatória em Sousa-PB, com foco nas peculiaridades do semiárido paraibano. A expectativa é que, com essa análise, seja possível obter:

Listagem das Normas Ambientais Relevantes: Identificação e catalogação das principais leis e regulamentos ambientais aplicáveis ao município de Sousa-PB, especialmente aquelas voltadas à proteção dos recursos hídricos, ao controle da poluição, e à conservação do solo e da vegetação nativa. Esse levantamento servirá como um inventário das normas existentes, facilitando o entendimento das diretrizes legais que guiam a gestão ambiental local.

Avaliação da Efetividade das Normas: Uma análise bibliográfica sobre a efetividade das normas identificadas, considerando indicadores de preservação de recursos hídricos, controle de poluição e mitigação de impactos ambientais no solo e na vegetação. Essa avaliação permitirá compreender em que medida a legislação contribui para a proteção dos recursos naturais e para a manutenção de um equilíbrio ambiental no município.

Identificação dos Principais Desafios para Implementação: Identificação dos obstáculos que dificultam a aplicação eficaz das normas ambientais em Sousa-PB. Entre os desafios esperados estão a limitação de recursos técnicos e humanos, a fiscalização insuficiente e as barreiras institucionais que comprometem a gestão ambiental. Esses pontos críticos visam esclarecer os principais gargalos na aplicação das políticas ambientais, revelando onde são necessários reforços.

Recomendações para Aperfeiçoamento da Legislação e da Gestão Ambiental: Com base na análise das lacunas e desafios, o estudo propõe sugestões para aprimorar a legislação ambiental e a gestão dos recursos naturais no município. Essas recomendações incluem:

Políticas Públicas e Capacitação Institucional: Sugestões de políticas públicas que possam fortalecer a capacidade institucional do município para a execução das normas ambientais, incluindo a alocação de recursos financeiros, treinamento de equipes técnicas e ampliação da infraestrutura para fiscalização ambiental.

Engajamento Comunitário em Práticas Sustentáveis: Estratégias para promover o envolvimento da população local na preservação ambiental, estimulando a conscientização e a adoção de práticas sustentáveis, o que pode ser essencial para a conservação dos recursos naturais de Sousa-PB.

Contribuições para o Desenvolvimento Sustentável no Contexto do Semiárido: Este estudo espera contribuir para o desenvolvimento de diretrizes que alinhem a gestão ambiental do município com os desafios específicos do semiárido, reforçando os princípios de desenvolvimento sustentável e oferecendo alternativas de adaptação para enfrentar as limitações regionais, como a escassez hídrica e a vulnerabilidade da vegetação local.

Dessa forma, o estudo não apenas se propõe a descrever o estado atual da legislação ambiental em Sousa-PB, mas também a fornecer uma base crítica e construtiva para que gestores e autoridades locais possam avançar em direção a uma gestão ambiental mais eficaz e ajustada às necessidades do semiárido paraibano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo busca contribuir para um entendimento aprofundado da evolução e do estado atual da legislação ambiental em Sousa-PB, destacando sua importância para a gestão ambiental pública e o desenvolvimento sustentável do município. Ao analisar as normas vigentes, a pesquisa revela tanto os pontos fortes quanto as deficiências das políticas ambientais locais, permitindo identificar os principais obstáculos à sua implementação e à proteção dos recursos naturais.

Através dessa análise, é possível observar que, apesar de existirem legislações e regulamentações que visam proteger o meio ambiente, a eficácia dessas normas muitas vezes é comprometida por fatores como a falta de recursos financeiros e humanos, fiscalização inadequada e a resistência de alguns setores da sociedade. Essas informações são cruciais, pois podem servir como base para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à preservação ambiental e ao bem-estar dos moradores.

Além disso, a conclusão ressalta a necessidade de um engajamento maior da comunidade e a promoção de iniciativas que incentivem práticas sustentáveis no cotidiano da população. A efetiva participação social é essencial para garantir que as normas ambientais sejam não apenas implementadas, mas também respeitadas e valorizadas. Portanto, o artigo não apenas propõe reflexões sobre a legislação atual, mas também indica caminhos para uma gestão ambiental mais inclusiva e eficaz em Sousa-PB, favorecendo um futuro mais sustentável para o município.

O estudo destaca ainda a importância da gestão ambiental no nível municipal para enfrentar os desafios específicos do semiárido, especialmente no que diz respeito à escassez de recursos e às ameaças ecológicas. Espera-se que os resultados incentivem uma reflexão crítica e ampliem o entendimento sobre a relevância de políticas ambientais robustas para assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade de vida das populações. Essa análise também pode inspirar gestores públicos e a sociedade civil a adotarem uma postura mais ativa e colaborativa em relação à preservação ambiental, reafirmando o papel do município de Sousa-PB no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na promoção de uma convivência harmônica com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PARAÍBA. **João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba**, [2022]. Disponível em: <https://cchsa.ufpb.br/heb/contents/arquivos/acervos-diversos/anuarios-estatisticos>. Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da União.

Brasil. **Código Florestal. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Diário Oficial da União, 2012.

Brasil. **Código Florestal. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Institui o Código Florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2012/L12651.htm. Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 02 out. 2024.

COSTA, E. **Políticas ambientais em municípios brasileiros: um estudo de caso**. Revista de Administração Pública, v. 53, 763-782, 2019.

COSTA, E. G.; SANTOS, M. P. **A importância da análise histórico-comparativa na gestão ambiental**. Revista de Estudos e Pesquisas em Ambiente e Sustentabilidade, v. 9, n. 3, p. 120-135, 2021.

COSTA, E. G.; SILVA, L. A.; SOUZA, J. D. **Desafios ambientais no semiárido brasileiro: uma análise das políticas públicas**. Revista de Políticas Ambientais, v. 7, n. 3, p. 45-60, 2018.

COSTA, E., SILVA, B.; PEREIRA, A. (2018). **Normas ambientais no semiárido brasileiro: desafios e estratégias**. Caderno de Geografia, 28(2),

207-220.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: [data].

OLIVEIRA, C.; SANTOS, D. **Cidades sustentáveis: o papel das políticas locais nos ODS**. Journal of Urban Sustainability, v. 8, n. 3, 189-205, 2021.

OLIVEIRA, R. L. **Legislação ambiental: avanços e desafios na sua aplicação**. Revista de Estudos Ambientais, v. 15, n. 2, p. 75-90, 2019.

OLIVEIRA, R. L.; SANTOS, M. P. **A gestão ambiental em municípios brasileiros: desafios e oportunidades**. Revista Brasileira de Gestão Ambiental, v. 8, n. 1, p. 25-39, 2021.

PARAÍBA. **Lei Municipal nº 1.162, de 27 de setembro de 2006. Institui o Código de Posturas do Município de Sousa**. Disponível em: <https://www.sousa.pb.gov.br/leis.php>. Acesso em: [02 out 2024].

PARAÍBA. **Lei Municipal nº 1.672, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Meio Ambiente de Sousa e estabelece diretrizes para a gestão ambiental**. Disponível em: <https://www.sousa.pb.gov.br/leis.php>. Acesso em: 02 out. 2024.

PEREIRA, A. Gestão ambiental pública: conceitos e práticas. **Revista de Políticas Ambientais**, v.7, n. 2, 45-60, 2019.

PEREIRA, J. T. **Mudanças climáticas e políticas ambientais: uma necessidade urgente**. Revista de Políticas Públicas e Sustentabilidade, v. 18, n. 2, p. 50-65, 2019.

SILVA, B. **Evolução da legislação ambiental no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Direito Ambiental, v. 22, n. 1, 15-30, 2020.

SILVA, L. A. **A efetividade da legislação ambiental na gestão pública: um estudo de caso**. Revista de Direito Ambiental, v. 22, n. 4, p. 10-20, 2020.

SILVA, L. A.; RODRIGUES, F. J. **A aplicação da legislação ambiental em municípios de médio porte: um estudo de caso**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 11, n. 1, p. 65-80, 2022.